

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.521 - MA (2019/0137783-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : JOSIBELIANO CHAGAS FARIAS
ADVOGADOS : ERNO SORVOS - MA007276
RENAN RODRIGUES SORVOS - MA009519
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

JOSIBELIANO CHAGAS FARIAS formula pedido de suspensão dos efeitos da decisão do Desembargador José Joaquim Figueiredo, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que, ao apreciar pedido de suspensão de liminares nos autos de ação de improbidade administrativa (Processo n. 0803677-56.2018.8.10.0022) e de procedimento investigatório criminal (Processo n. 1091-79.2018.8.10.0022), manteve incólumes as decisões de primeiro grau questionadas, que determinaram seu afastamento do cargo de presidente da Câmara Municipal de Açailândia, sem prejuízo da remuneração, até a conclusão da instrução processual.

Afirma o requerente que referida decisão causa evidente lesão à ordem pública municipal.

Aduz que o ato judicial, ao antecipar os efeitos da decisão condenatória, "invadiu competência exclusiva do Poder Legislativo ao cassar o mandato de agente político sem o devido trânsito em julgado de decisão condenatória e ao arrepio de votação política na própria casa legislativa daquele município, violando os arts. 5º, LIV, LV, LVII e 55, VI, todos da Constituição Federal" (fl. 20).

Argumenta o seguinte (fls. 21-23):

A grave lesão à Ordem Pública autorizadora da suspensão da liminar aqui pleiteada pode ser evidenciada pelas ilegalidades já mencionadas, na medida em que afasta cautelarmente mandatário do exercício de seu mandato sem determinação judicial com fundamentação suficiente que demonstrasse a real necessidade de seu afastamento.

É evidente que o referido afastamento violou o devido processo legal na medida em que verdadeiramente antecipa os efeitos da condenação, bem como se caracteriza como indevida interferência nas liberdades parlamentares.

Com efeito, logo abaixo estão os principais vícios que macularam o afastamento liminar do ora requerente, e que, por si só, já comprovariam a grave lesão à ordem pública gerada pela prolação da decisão liminar ora

atacada:

a - Ofensa ao princípio da legalidade pelo descumprimento do disposto no art. 20, parágrafo único, da Lei de Improbidade Administrativa: o parágrafo único da norma em comento determina o afastamento cautelar quando a medida "se fizer necessária à instrução processual". Em nenhum momento o requerente praticou qualquer ato tendente a obstar a correta instrução processual. Pelo contrário, sempre se dispôs a contribuir tratou de se colocar à disposição da Justiça e auxiliar nas investigações. Assim, não existe qualquer elemento concreto e real que demonstre o risco à investigação, se fazendo necessário afastar cautelarmente o mandatário do exercício de seu múnus público;

b - Violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e presunção de inocência: o afastamento do requerente com base em juízo de mérito - não em juízo de necessidade cautelar - importa em verdadeira antecipação dos efeitos da condenação. Isto tudo em decisão liminar primeiramente prolatada antes da formação da relação processual, anteriormente à citação, sem a garantia do contraditório e da ampla defesa. Tal afastamento mediante juízo de mérito tem o único condão de indiretamente cassar o mandato de presidente da Câmara Legislativa - haja vista que o mandato se encerrou em 31 de dezembro 2018 e foi reeleito para o biênio 2019/2020 - sem a observância do chamado estatuto do parlamentar, onde lhe é assegurada a prerrogativa de ser cassado por seus pares;

c - Violação ao postulado da separação dos poderes: a decisão vergastada ofende sobremaneira o princípio da separação dos poderes da República na medida em que, ao analisar o mérito da ação de improbidade e, com base em premissas fáticas, afastar cautelarmente vereador do exercício de seu mandato, cassa o mandato do agente político. Ocorre que, de outro lado, o chamado estatuto do parlamentar, previsto no art. 55 da CF, estabelece as formas de julgamento e cassação de parlamentares e seus ritos específicos. "Até mesmo na hipótese de condenação judicial transitada em julgado, a perda do cargo eletivo somente se dará após a deliberação da casa parlamentar (art. 55, VI, CF/88). Não há, pois, a previsão constitucional de cassação de mandato parlamentar por decisão do Poder Judiciário".

d - Cumpre esclarecer que a denúncia e ação de improbidade administrativa, apesar de terem sido distribuídas em setembro de 2.018, ainda não foram recebidas conforme artigo 17 da Lei Federal 8.429/1992, o que se comprova com a certidão de inteiro teor em anexo e os autos eletrônicos da ação de improbidade administrativa, o que mostra latente a ruptura do princípio da legalidade, da presunção de inocência com aplicação antecipada da pena e do devido processo legal.

Requer a suspensão da decisão impugnada para que seja determinado seu imediato retorno ao cargo de presidente da Casa Legislativa de Açailândia, tornando sem

efeito as decisões cautelares de afastamento proferidas nos processos civil e criminal em curso na comarca de origem.

É o relatório. Decido.

Registro, inicialmente, que não há previsão legal do cabimento do pedido de suspensão de decisões proferidas no transcurso de procedimento penal. A legislação de regência (Leis n. 8.038/1990, 8.437/1992 e 12.016/2009) e os bens jurídicos por ela tutelados evidenciam que é cível a natureza das ações nas quais é cabível a medida suspensiva, conforme demonstram estes precedentes da Corte Especial:

PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. LEIS 4.348/64 E 8.347/92. AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. Os diplomas legais que autorizam ao Presidente de Tribunal examinar pedido de Suspensão de Segurança, a Lei nº 4.348/67 e a Lei nº 8.347/92, dispõem, respectivamente, quanto às normas processuais relativas a mandado de segurança e às medidas cautelares concedidas contra o Poder Público.

2. Não há previsão legal que possibilite a utilização desse instituto em ação de natureza penal.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg na SLS n. 1/BA, relator Ministro Edson Vidigal, DJ de 6/12/2004.)

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AÇÃO DE NATUREZA PENAL. AFASTAMENTO DO CARGO. PREFEITO E VICE-PREFEITO. INTERESSES PARTICULARES. MÉRITO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. DISCUSSÃO. DESCABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

I - A decisão agravada culminou por negar seguimento ao presente pedido suspensivo, fundamentada no fato de cuidar-se de ação originária penal por meio da qual os ora agravantes foram cautelarmente afastados dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito e, ainda, considerando que seriam particulares os interesses por eles buscados.

[...]

III - Decisão mantida, porquanto os agravantes não conseguiram infirmar os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido. (AgRg na SLS n. 1.936/AL, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 9/3/2015.)

Não há, pois, nesse contexto, como conhecer do presente pedido suspensivo na parte em que impugna a liminar deferida no procedimento investigatório criminal em curso na 2ª Vara Criminal da Comarca de origem (Processo n. 1091-79.2018.8.10.0022).

Passo ao exame do pedido de suspensão da medida liminar deferida nos

autos da ação de improbidade administrativa.

A suspensão de liminar e de sentença é medida de caráter excepcional que não tem natureza jurídica de recurso, não propiciando, por isso, a devolução do conhecimento da matéria para eventual reforma. Sua análise deve restringir-se à verificação de possível lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, nos termos da legislação de regência (Lei n. 12.016/2009, art. 15, e Lei n. 8.437/1992), sem adentrar o efetivo exame do mérito da causa principal, de competência das instâncias ordinárias.

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, devendo o requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada. Confira-se, a propósito, trecho da decisão proferida pelo Ministro Celso de Mello na SS n. 1.185/PA (DJ de 4/8/1998):

Em tema de suspensão de segurança, não se presume a potencialidade danosa da decisão concessiva do *writ* mandamental ou daquela que defere liminar em sede de mandado de segurança. A existência da situação de grave risco ao interesse público, alegada para justificar a concessão da drástica medida de contracautela, há de resultar cumpridamente demonstrada pela entidade estatal que requer a providência excepcional [...]. Não basta, para esse efeito, a mera e unilateral declaração de que, da execução da decisão concessiva do mandado de segurança ou daquela que deferiu a liminar mandamental, resultarão comprometidos os valores sociais protegidos pela medida de contracautela (ordem, saúde, segurança e economia públicas). Pedido indeferido.

No caso, o inconformismo do requerente diz respeito às conclusões do TJMA acerca da necessidade da medida cautelar prevista no art. 20, parágrafo único, da Lei n. 8.429/1992, de seguinte redação:

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

A questão, como visto, é eminentemente jurídica, insuscetível, portanto, de ser examinada na via suspensiva, nos termos deste julgado:

AGRAVO REGIMENTAL - SUSPENSÃO LIMINAR -
INDEFERIMENTO - AUSÊNCIA DE LESÃO AOS BENS JURÍDICOS
TUTELADOS PELA NORMA DE REGÊNCIA

1. O pedido de suspensão de liminar não tem natureza de recurso. É instrumento processual de cunho eminentemente cautelar e de natureza excepcional, no qual não se examina o mérito da causa principal nem eventual erro de julgamento ou de procedimento.

2. A lesão à ordem jurídica há de ser examinada nas vias recursais ordinárias.

[...]

4. O pedido de suspensão não pode ser utilizado como via de atalho para modificar decisão desfavorável ao ente público.

Agravo não provido. (AgRg na SL n. 116/MG, Corte Especial, relator Ministro Edson Vidigal, DJ de 6/12/2004.)

Ademais, não foi efetivamente demonstrada na inicial a alegada lesão à ordem pública, sendo insuficiente para tanto o argumento de que o afastamento do parlamentar seria fator de instabilidade política no município.

Ante o exposto, **não conheço do pedido de suspensão dos efeitos da liminar no procedimento investigatório criminal** (Processo n. 1091-79.2018.8.10.0022) e **indefiro o pedido de suspensão da liminar na ação de improbidade administrativa** (Processo n. 0803677-56.2018.8.10.0022).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente